



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

CONSELHO JURISDICCIONAL

ACÓRDÃO N°004/CJ-FAF/2023

Recurso de Anulação

Recorrente: Grupo Desportivo Sagrada Esperança

Recorrido: Conselho de Disciplina da Federação Angolana de Futebol

Relator: Resende Soares

I-Relatório

O *Clube, Grupo Desportivo Sagrada Esperança*, requereu ao Conselho Jurisdiccional da Federação Angolana de Futebol a reapreciação da decisão proferida pelo Conselho de Disciplina. Sendo que o recurso resulta da deliberação do Conselho de Disciplina da Federação Angolana de Futebol que sancionou a recorrente a realizar jogos à porta fechada até à 1ª volta da próxima edição do campeonato nacional da primeira divisão, isto na condição de anfitriã. Assim, o recurso é o próprio, as partes são legítimas, o efeito atribuído é o devolutivo em consequência nada obsta a que o objecto do mesmo seja conhecido nos termos dos artigos 177º e 178º todos do Regulamento de Disciplina da Federação Angolana de Futebol.

I-Da Produção da prova

a Pelo Conselho de Disciplina foi apreciado o seguinte:

Por informação tornada pública pelos órgãos de comunicação social, tomou conhecimento este Conselho de Disciplina, da ocorrência de actos de violência aquando da partida que opôs os clubes Grupo Desportivo Sagrada Esperança e Atlético Petróleo de Luanda, tendo resultado dos supra citados actos, número considerável de feridos entre adeptos e alguns atletas, o que motivou a intervenção da Polícia Nacional.



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

Por acesso a nota de esclarecimento pública feita pelo Comando Provincial da Lunda Norte, foi possível colher também informação que dava conta que, durante os minutos finais da primeira parte da partida, com resultado desfavorável para a equipa visitada, verificou-se insatisfação dos adeptos daquela equipa, que começaram por arremessar objectos, incluindo os assentos, para o terreno de jogo pelo que;

Não obstante a intervenção das forças policiais e os seus apelos, em desobediência, um grupo de adeptos do clube visitado abandonou o recinto desportivo e, tomando a parte exterior do mesmo, partiu para o arremesso para o interior do estádio de vários objectos, pedras, garrafas e paus, provocando o ferimento de 11 cidadãos onde se incluem 3 agentes da polícia, facto que obrigou o uso de gás lacrimogénio com vista a dispersão do que aquele comunicado rotula como “adeptos insurgentes”. Mais acresce a supra citada nota policial que, o comportamento agressivo da claque local provocou a vandalização do estádio e do autocarro em que se fazia transportar a equipa visitante.

Por sua vez, a equipa visitada, o Grupo Desportivo Sagrada Esperança, fez saber em resumo, em missiva dirigida a esta Federação, que diante da importância da partida, tudo fez para que preventivamente desencadeasse acções, com o fito de “profilacticamente” evitar as ocorrências verificadas no terreno de jogo, desde a articulação atempada com a Polícia Nacional, Cruz Vermelha, Inema, Bombeiros, etc.

Acresce também o Clube visitado que, momentos antes da partida, foi deflagrado na parte exterior do Estádio um engenho, provavelmente de gás lacrimogénio, que obrigou a saída dos atletas para o relvado. Mesmo facto voltou a ocorrer ao intervalo do jogo, sem que houvesse sequer qualquer expectador no recinto do jogo, o que resultou em pânico generalizado, provocando a correria dos espectadores que se encontravam na bancada na tentativa de evitar a asfixia, pelo que;

Segundo o Clube visitado, a dezena de feridos verificados foram somente consequência deste incidente, não existindo quaisquer outras vítimas, contrariando assim a “informação deturpada” avançada por alguma imprensa no local, desvalorizando inclusive a existência de danos significativos.



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

Distanciou-se assim a equipa visitante da responsabilidade pelo trágico acontecimento, imputando solitariamente a responsabilidade a “acção infeliz e irresponsável” de um ou outro agente da Policia Nacional, de igual modo alegando que, foi por conta de alguns disparos da Policia Nacional que a população respondeu com o arremesso de alguns objectos que, hipoteticamente atingiram o carro que transportava a equipa visitante.

A verdade é que analisado o boletim de jogo fez saber a equipa de arbitragem que, o comportamento do público afecto ao clube visitado foi a todos os níveis condenável, pois que em diversos momentos do jogo, principalmente quando a decisão do árbitro não lhes era favorável, arremessavam para o interior do campo vários objectos como pedra, cadeiras e inclusive algumas garrafas contendo urina. Mais reporta o boletim do jogo que, a segunda parte do jogo começou tarde por causa do lançamento de gás lacrimogénio por parte dos efectivos da Policia Nacional, que tentaram controlar o tumulto que surgiu fora do campo envolvendo a porta do Sagrada Esperança e, como consequência, as pessoas começaram a procurar soluções para evitar a inalação de gás tendo muitas delas invadido o rectângulo do jogo.

Contudo, por informação complementar prestada pelo Comissário de jogo, fez saber o mesmo que não obstante o comportamento incorrecto dos adeptos do Clube visitado, reprovava o lançamento do gás lacrimogénio pela Policia Nacional, sobretudo por se tratar de um recinto fechado.

Continuou o Conselho de Disciplina, aplicando o Direito aos factos;

Determina o Regulamento de Disciplina da FAF (doravante RD/FAF), que o clube é responsável pelas alterações da ordem e da disciplina provocadas pelos seus associados ou simpatizantes, por ocasião de jogo oficial, ex vi artigo 141º, o que, consequentemente, torna responsável o Clube visitado por todas as acções levadas a cabo pelos seus adeptos e/ou simpatizantes;

Nos termos do que determina o artigo 21º do RD/FAF, são aplicáveis exclusivamente aos clubes as penas de derrota, interdição temporária de campo de jogos, vedação de campo de jogos, realização de jogo à porta fechada, desclassificação e baixa de divisão.

Av. Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, Urbanização Nova Vida N.º 53

Site: www.faf.co.ao - Email: info.faffootball@gmail.com

Cel: +244 936 349 544 / +244 993 239 904 - Luanda-Angola



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

Como tal, dispõe o mesmo diploma legal que, constitui consequência legal punição do clube cujos associados ou simpatizantes (...) provoquem distúrbios que determinam justificadamente o árbitro a não dar início ou reinício ao jogo, sendo que em caso de reincidência, o limite mínimo da pena de multa é de valor correspondente a 3.000UCF.

Por tudo quanto vertido factualmente, dúvidas pois não subsistem para este Conselho da existência de comportamento incorrecto e condenável a todos os níveis, por parte dos adeptos da equipa visitada, cuja acção motivou a intervenção policial. Certo é que, é vã a tentativa do Clube visitado em distanciar os seus adeptos do infausto acontecimento, pois que, ao contrário do alegado por aquele clube, impossível será atribuir desta feita culpas a força policial, quando inclusive reportam as imagens que circulam pelo espaço virtual, a agressão deliberada feita pelos seus adeptos, atingindo com vários objectos os efectivos da Policia Nacional, com o intuito de flagelar os elementos do clube visitante, aquando a sua entrada para o autocarro, aliais, foi também possível visualizar em outro vídeo, o mostrado por um dos elementos daquela mesma caravana a sua mão vertendo algum sangue.

Escusado também será dizer que, episódios como o que reportados, claramente atentatório ao bem vida, por si só, mancham não só o prestígio do exercício da modalidade no nosso país, como constituem séria ameaça à paz social de entre outros valores morais, por sinal defendidos pela modalidade desportiva mais popular a nível do globo.

Recordando que, os adeptos do Clube visitado são reincidentes na prática de comportamento incorrecto, daí que sancionados anteriormente por este Conselho aos 04 de Agosto de 2021, por deliberação que condenava os actos de vandalismo praticados aquando do último jogo do Campeonato Nacional da 1ª Divisão, partida igualmente disputada entre Grupo Desportivo Sagrada Esperança e o Atlético Petróleos de Luanda.

Assim,

Como mais esclarece o RD/FAF, constitui circunstância agravante à medida de graduação das penas, de entre outras, a reincidência (ex vi. art. 42º).

Por fim, decidiu da seguinte forma:



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

Diante da gravidade do que foi esboçado nos argumentos de facto e de direito, os membros do Conselho de Disciplina em reunião ordinária, nos termos previstos pelos artigos 141º, 143º, 21º e 37º do RD/FAF, deliberam em sancionar o Clube visitado, o Grupo Desportivo Sagrada Esperança com as seguintes penas:

1º Realização dos jogos à porta fechada, isto a partir do jogo nº 232, marcado para o dia 14 de Maio do corrente ano no Estádio Sagrada Esperança, referente à 29ª jornada, punição que se estende até a 1ª volta da próxima edição do Campeonato Nacional da 1ª Divisão, em todos os jogos que actue como visitado o Grupo Desportivo Sagrada Esperança.

2º Multa agravada em valor correspondente a 25.000UCF.

Outrossim,

Extraiam-se cópias para remessa ao Digno Representante do Ministério Público junto dos órgãos de Policia de Investigação Criminal, para se apurar as eventuais responsabilidades criminais dos seus autores.

b Por seu turno, o recorrente nas suas alegações ofereceu resumidamente o seguinte:

Para começar, conviria ressaltar, que o Conselho de Disciplina alega que tomou conhecimento dos factos, de que agora nos ocupamos, por via da comunicação social. E com o seu tom um tanto ou quanto chocalheiro, aquele órgão da FAF pôs em relevo o seguinte:

Depois de nos termos detido sobre os factos a propósito dos quais o Conselho de Disciplina ancorou a sua deliberação e como adiante havemos de considerar de modo mais detalhado, desde já se pode adiantar, que só com esses factos não é possível penalizar o clube com os jogos à porta fechada durante toda a primeira volta da próxima edição do Campeonato Nacional da 1ª Divisão e com inicio no dia 14 de Maio do ano corrente. Nunca a província da Lunda Norte se viu, assim, inferiorizada por uma decisão que tenta ferir a sua unidade e escamoteia a função social do desporto. (veja o protesto da Associação Provincial de Futebol). Algo de errado, e não pouco, existe na decisão a quo, devemos reconhecê-lo. Vejamos:



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

A alínea d) do artigo 75º da Lei 6/14 de 23 de Maio, não deixou margem à imaginação ao intérprete aplicador, é de maior clareza: “ o regime disciplinar das Federações Nacionais deve prever (...) exigência de processo disciplinar para a aplicação de sanções quando estejam em causa as infracções mais graves e, em qualquer caso, quando a sanção a aplicar determine a suspensão de actividade por um período superior a um mês.

Regra que, aliás, encontra eco e ressonância no artigo 169º do Regulamento de Disciplina da FAF, onde se prevê duas formas de procedimento, uma nominada sumária e outra processo disciplinar. Vale realçar que a norma aplicada está inserida na secção sobre as infracções disciplinares graves.

Do excursus acabado de percorrer outro não pode ser o alcance das normas: tratando-se de infracção grave; que determine a suspensão da actividade por um período superior a um mês; infracções que não sejam praticadas no decurso do jogo, ou de evento equiparado, a forma de processo adequado é o processo sumário, prevista nos artigos 172º e seguintes do Regulamento de Disciplina da FAF.

O Conselho de Disciplina da Federação Angolana de Futebol fez dessas normas letra morta. Não vimos o caminho apontado pelas normas a ser seguindo na deliberação a quo;

Penalizar o recorrente com os jogos à porta fechada durante a primeira volta da próxima edição do Campeonato Nacional da 1ª Divisão e com início no dia 14 de Maio do ano corrente é uma punição grave.

E não é tudo. A decisão a quo feriu de morte o princípio do contraditório e da imparcialidade. Por um momento, temos de nos deter nestes termos.

No momento da decisão, o processo só tinha suportes da acusação. Assim o contraditório não tem expressão. Por este motivo, afirma-se que o primeiro contacto deste órgão de disciplina é desequilibrado, “cria pré juízos”, influência, uma vez que o suposto infractor, no momento da decisão, não teve um efectivo e consistente direito de defesa, o qual pressupõe igualdade de armas.

O que se acaba de afirmar não aconteceria, se antes da decisão, os factos de que foram imputados aos supostos infractores na deliberação fossem discutidos em audiência e com igualdade de armas.



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

Num alter ego, o nº2 do artigo 10º do Regulamento de Disciplina estabelece que no procedimento disciplinar deve ser supletivamente observados os princípios contidos do Regime Disciplinar dos Funcionários Públicos e Agentes da Administração pública em que se garante os direitos de defesa e se estatui que “a falta de audiência do arguido constitui a única nulidade insuprível em processo disciplinar”.

Como se sabe, os procedimentos, actos administrativos e actos jurídicos, não parece necessário alongar-se em explicações sobre as diversas situações, são nulos quando não se conformam com norma imperativa e com a forma dos actos.

Por tal e num alter de ago, forçoso é admitir, no altar do seu afã punitivo, sem o afincos que o problema exigia, o Conselho de Disciplina da Federação Angolana de Futebol deliberou penalizar o clube com os jogos à porta fechada durante toda a primeira volta da próxima edição do Campeonato Nacional da 1ª Divisão e com início no dia 14 de Maio do ano corrente.

E por impugnação, continuou a recorrente:

A invocação de que a reincidência, no caso vertente, é uma circunstância agravante no momento da graduação da penalidade mais não é do que uma leitura encapuçada da norma. Reconhece-se a vista desarmada e com a leitura do nº2 do artigo 42º do Regulamento de Disciplina que só existe reincidência se, dentro da mesma época desportiva, com decisão transitada em julgado, o infractor praticar outra infracção de igual natureza. Portanto, não parece necessário alongar-se em explicações, não há reincidência, uma vez que a própria decisão fez referência que o clube foi punido em 2021.

Daqui advém, que a penalidade, donde resulta a pena concreta de realizar os jogos à porta fechada durante toda a primeira volta da próxima edição do Campeonato Nacional da 1ª Divisão e com início no dia 14 de Maio do ano corrente, não existe. Foi uma invenção do Conselho de Disciplina, o que se lamenta profundamente. A penalidade é realização de 1 a 6 jogos à porta fechada e dentro da qual se poderia graduar, de conformidade com agravantes e atenuantes, um, dois ou três jogos.

Não admire, nesse sentido, que, avisadamente, a decisão a quo não contenha a redacção completa do artigo, é de caso pensado. Essa norma vazou da Lei do jogo da (International Football Association Board). Isto posto, pergunta-se: como se pode neste espaço de pura ciência existir manobras com carência de justiça?

Av. Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, Urbanização Nova Vida N.º 53

Site: www.faf.co.ao - Email: info.fafotball@gmail.com

Cel: +244 936 349 544 / +244 993 239 904 - Luanda-Angola



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

Depreende-se, portanto, que os adeptos do Grupo Desportivo Sagrada Esperança não agrediram agente desportivo, agente da autoridade em serviço ou pessoa autorizada a permanecer no terreno de jogo, de forma a determinar justificadamente o árbitro a não dar início ou reinício ao jogo ou a dá-lo por findo antes do tempo regulamentar.

As palavras do árbitro exprimem como singular os motivos do atraso no reinício da segunda parte do jogo, são elas: a segunda parte do jogo começou tarde por causa do lançamento de gás lacrimogénio por parte dos efectivos da Policia Nacional, que tentaram controlar o tumulto que surgiu fora do campo envolvendo a porta do Sagrada Esperança e, como consequência, as pessoas começaram a procurar soluções para evitar a inalação de gás tendo muitas delas invadido o rectângulo do jogo.

Se aceitarmos a validade dessas declarações, então não existiu sequer infracção, pois que a norma deve ser interpretada em termos hábeis com o conceito de infracção previsto no artigo 5º do RD, segundo o qual «considera-se infracção disciplinar o facto voluntário praticado por entidade ou agente desportivo que desenvolva actividade compreendida no objecto da FAF, por interveniente em geral no espectáculo desportivo, e bem assim por espectador, que viole os deveres de correcção previstos e punidos nos Estatutos e Regulamentos da FAF e demais legislação». Esse conceito também é retomado no artigo 93º do Regulamento do Campeonato Nacional da 1ª Divisão.

Do que fica exposto é legítimo tirar duas conclusões: (i) se as pessoas começaram a procurar soluções para evitar a inalação de gás, então falta um elemento essencial para que seja considerado infracção, é ele: facto voluntário-acção dominada ou dominável pela vontade humana. Procurar soluções para evitar a inalação de gás é um acto reflexo. (ii) o tumulto foi produzido fora do campo e o gás foi exalado pela Policia e não pelos adeptos. Par além da falta de nexo de causalidade com a acção dos adeptos (não vale aqui a teoria da conditio sine qua non-o que é dizer, se não fosse o tumulto a policia não lançava o gás lacrimogénio), já que, de acordo com o artigo 83º do Regulamento da Competição, a segurança dos jogos é assegurada pela Policia Nacional, e, como se não bastasse, a dita infracção, conforme declarações do árbitro e da Policia, ocorreu fora do campo.



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

O artigo 145º nº1 pressupõe que a ofensa ao agente desportivo seja durante o jogo e que determine que o árbitro não dê início ou reinício ou que dê findo o jogo antes do tempo regulamentar. Neste sentido está também a deliberação do Conselho Jurisdicional da FAF que revogou a do Conselho de Disciplina no processo com a referência 1601/SG-CD-FAF/13. Como se nota, o bem jurídico que se tutela é a integridade do jogo, ou melhor, do espectáculo desportivo.

Como se sabe, o tumulto foi depois do tempo regulamentar, ou seja, depois dos noventa minutos previstos na lei 7, leis do jogo da International Football Association Board e ainda no artigo 103º do Regulamento Geral da FAF.

Como se nota, a afirmação que consta na premissa maior da deliberação, não tem previsão regulamentar. Dessa forma, em obediência aos princípios de direito penal, aliás, faz referência o RD não se pode fazer analogia nem interpretação extensiva (vide artigo 5º nº2 e 3), por mais reprovável que seja a situação.

Pensemos de modo particular na “meditação” que nos oferece o artigo 56º do RD e pela qual devemos fixar a nossa atenção: se na mesma situação (derrota do clube visitado), o Presidente do clube, considerado reincidente, agredisse fisicamente o árbitro, de forma a lhe causar lesão que o impossibilite de prosseguir um jogo, o clube seria punido com interdição 1 a 4 jogos.

Num alter-ego, se um simpatizante arremessar objectos..., uma situação fora do controlo do clube, e por certo ninguém contesta que é competência da Polícia assegurar a realização dos jogos, através de vigilância, prevenção de entrada de armas e objectos susceptíveis de provocar actos de violência, o clube será punido fisicamente com jogos à porta fechada durante toda primeira volta?

Não faz sentido, seria exagerado.

Outrossim, em Angola o regime de responsabilidade objectiva é matéria de reserva de lei (e não regulamento da FAF). Aliás, este princípio é sufragado no nº 8 do artigo 5º do RD ao obrigar que a responsabilidade objectiva só existe nos casos previstos no Regulamento de Disciplina.

Trata-se de uma questão de justiça. Exigir a alguém a responder sem culpa é exigir mais do que promete o esforço humano; é frenar os homens de acção e o próprio desenvolvimento do desporto. “cada um deve ser responsabilizado pelos seus actos;



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

Será ir longe demais responsabilizar o clube por tudo o que acontece no recinto desportivo.

A responsabilidade disciplinar manifesta-se na aplicação de uma pena ao autor do facto. A sanção ou a punição, diversamente da responsabilidade civil, não visa restabelecer os interesses privados da pessoa ofendida. Tem carácter retributivo ao mal que o agente causou.

Substituir directamente o actor não culpado do prejuízo, sem os valores que justificam a responsabilidade objectiva é tão arbitrário, sob o ponto de vista da justiça, como a escolha da vítima pelo acaso. Ao contrário, responsabilizar alguém com base na culpa é fazer apelo a liberdade moral do homem é apresentar os danos/prejuízos como consequências evitáveis, assim se estimulando zelos e cuidados em impedi-los.

Por fim, alega que:

Os adeptos do Grupo Desportivo Sagrada Esperança não agrediram agente desportivo, agente da autoridade em serviço ou pessoa autorizada a permanecer no terreno de jogo, de forma a determinar justificadamente o árbitro a não dar início ou reinício ao jogo ou dá-lo por findo antes do tempo regulamentar;

Os factos que constam na deliberação do Conselho de Disciplina não têm previsão na norma apontada, pois o tumulto, como soe-se dizer, foi fora do campo e depois do tempo regulamentar;

A segunda parte do jogo começou tarde por causa do lançamento de gás lacrimogénio por parte dos efectivos da Polícia Nacional, o que não pode ser imputado ao clube visitado;

Não se admite em matéria disciplinar a interpretação teleológica (nº 3 do artigo 5º e nº 1 do artigo 10º RD);

O Nº 8 do artigo 5º do RD obriga que a responsabilidade objectiva (sem culpa) só existe nos casos previstos no Regulamento de Disciplina.

Pedindo em seguida que se proceda a remessa dos autos para o Conselho de Disciplina para julgamento conforme a forma prevista no Regulamento de Disciplina para julgamento conforme e a forma prevista no Regulamento de Disciplina ou, caso assim não se entenda, que se proceda a revogação da deliberação e, por conseguinte, julgando procedente o presente recurso com base nos fundamentos invocados.



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

II-Fundamento

II.I. Thema Decidendum

- 1º-Sobre a nulidade da deliberação do órgão *a quo*, invocada pelo recorrente;
- 2º-Alegada penalidade e inexistência de infracção disciplinar
- 3º-Sobre a possibilidade de haver ou não responsabilidade objectiva do recorrente;
- 4º-A verificação da reincidência.

É fundamental reapreciar a decisão na base do objecto que-a delimita, de modo a não dispersar factos juridicamente relevantes que norteiam o caso, assim como se pronunciar sobre aspectos periféricos que em nada ajuda no seu esclarecimento.

Ante aos argumento do Conselho de Disciplina, contrapostos pelo clube aqui recorrente nas suas alegações, cabe a este órgão subsumir de imediato ao;

a Direito

Nas suas alegações, o recorrente invoca a **nulidade da deliberação** na medida em que a alínea d) do artigo 75º da Lei 6/14 (Lei das Associações Desportivas) exige a observância determinada forma do processo, na circunstância e por ocasião da apreciação dos factos do caso, a forma de: "Processo Disciplinar", cujo formalismo processual consubstanciados nos actos, marca a característica deste tipo de processo. Visto ao pormenor e porque a própria lei acima invocada responde a esta pergunta, cabe sublinhar que;

Não assiste razão ao recorrente porquanto, a alínea d) do artigo 75º da mencionada lei congrega duas partes, isto é, não basta que as infracções sejam mais graves, mas que a sanção aplicar seja por período de tempo, sendo superior a um mês, neste sentido não se vislumbra qualquer pena aplicada por período de tempo. Em função disso, não houve violação de qualquer princípio do contraditório por parte do órgão *a quo*, muito menos da imparcialidade, na medida em que à luz do artigo 173º do Regulamento de Disciplina trata-se pela sua natureza, de processos de carácter urgentes cujos documentos se apresentam com força probatória plena. E por aqui, todo o argumento relativo ao contraditório não deve ser atendido, assim como a referência feita pelo recorrente, relativa ao nº2 do artigo 10º do Regulamento de Disciplina já revogado.



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

Quanto à **penalidade ou inexistência de infracção disciplinar;**

Começando pela infracção disciplinar, por um lado é evidente que conclusões erradas serão tiradas se for descurada que a parte física que separa o rectângulo de jogo das demais áreas também está compreendida na noção de campo ou estádio, caso seja de admitir a hipótese de não haver infracção disciplinar pelo facto de os actos não terem ocorrido das bancadas para o rectângulo do jogo;

Por outro lado, a desonestidade do recorrente é demonstrada com a citação que faz do árbitro (no relatório) que estampa nas suas alegações, nos seguintes termos: *“a segunda parte do jogo começou tarde por causa do lançamento de gás lacrimogénico por parte do efectivos da Policia Nacional, que tentaram controlar o tumulto que surgiu fora do campo envolvendo a porta do Sagrada Esperança e, como consequência, as pessoas começaram a procurar soluções para evitar a inalação de gás tendo muitas delas invadido o rectângulo do jogo.”*

Ora,

Além de não sublinhar por inteiro as conclusões da equipa de arbitragem, não se vislumbra nos relatórios do 4º árbitro, do árbitro e do comissário ao jogo qualquer nota positiva do comportamento dos apoiantes e simpatizantes da recorrente que jogava na condição de visitada, como a seguir se pode ver:

Observação do 4º Árbitro: “Comportamento do Público”

“o comportamento do público afecto ao GD Sagrada Esperança foi mau e a todos os níveis condenável, porque em diversos momentos do jogo, principalmente quando a decisão do árbitro não lhes era favorável, arremessavam para o interior do campo vários objectos (garrafas plásticas contendo água, outros com urina, pedras, cadeiras, etc).”

Observação do Árbitro “Comportamento do Público”

“O comportamento do público afecto o sagrada Esperança foi mau, e a todos níveis condenável porque em diversos momentos do jogo, principalmente quando a decisão do árbitro não lhes era favorável, arremessavam para o interior do campo vários objectos (garrafas plásticas contendo água, outros com urina, pedras, cadeiras, etc).”



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

Observação do Comissário do Jogo

“Comportamento do Público”

“Comportamento do público foi negativo, mais para os adeptos do Sagrada Esperança que arremessavam cadeiras e outros objectos contundentes para o terreno de jogo (pedras e garrafas plásticas).

No intervalo do jogo registamos um tumulto por parte do público derivado do facto de policia ter lançado o gás tóxico fora e dentro do estádio, situação que levou as pessoas entrarem para o recinto do jogo a procura de melhor lugar para se livrarem da inalação do gás.

Foi necessário 37 minutos para que tivéssemos a situação controlada e dar inicio do segundo tempo do jogo as 17 h 15, período do jogo que foi realizado sem constrangimento nenhum na sequência do lançamento do gás tóxico (lacrimogénio) registou-se o desmaio e ferimento de pessoas que encontravam-se no estádio que foram prontamente socorridas pelos serviços do INEMA, dizer que não conseguimos aferir o número exacto de feridos.

Situações do género consideramos reprovável porque não se deve lançar gás tóxico (lacrimogénio) dentro de um recinto fechado.”

Por aqui, fica claro que infracção disciplinar houve de facto e que tal prova dilui o que o recorrente alega, sobre a inexistência dela, tal como se pode ler e interpretar da combinação dos artigos 128º e 137º ambos do Regulamento de Disciplina.

Fazendo um recuo para analisar a **penalidade** como igualmente alegou o recorrente; Assiste razão ao recorrente embora, o argumento apresentado esteja confuso na medida em que, há uma fronteira ténue que separa a pena, da sua medida concreta e que aqui são chamadas as alíneas c) e d) do nº 1 bem como o nº 2 ambos do artigo 10º do Regulamento de Disciplina, em que neste sentido acompanha-se de perto o que ensina Beza, Teresa Pizarro. Direito Penal, 2º volume-tomo II, aafdl editora, pág. 985 e 986, 1980, nos termos do qual: *“(…)Depois de encontrar o enquadramento correcto na lei penal para um certo caso concreto, o juiz vai ter de aplicar uma certa pena. Por um lado, ele nessa actividade de subsunção, em que verificou se se tratava de um facto típico, ilícito e culposos, e, dentro dessa definição, de que facto típico se tratava, vai encontrar logo à primeira vista uma certa medida legal da pena que corresponde a esse facto. Isto é, se o juiz chega à conclusão de que o réu que tem na sua frente cometeu um crime de homicídio voluntário, ele vai partir do princípio que lhe é aplicável a pena de 16 a 20 anos. Esta pena de 16 a 20 anos é, como vêem, uma pena variável, i.e., vai fazer, digamos assim uma segunda fase de raciocínio, que é aquilo a que se chama encontrar a medida judicial da pena. Ou seja, a*



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

medida legal da pena é normalmente entre certos limites, o juiz vai ter de concretizar essa medida abstracta para aplicar àquele réu uma pena que, em princípio, será uma pena determinada-pelo menos, no sistema da nossa lei é uma pena determinada.(...)"

Deste ponto de vista, o Conselho de Disciplina fez o caminho pela metade, desviando o destino como consequência, na medida em que ao aplicar uma pena existente na alínea d) do artigo 21º do Regulamento de Disciplina, não-a concretizou tal como manda observar o nº1 do artigo 142º do Regulamento de Disciplina, ou seja, concretizou-a mas fora da moldura regulamentar.

Quanto à possibilidade de haver ou não responsabilidade objectiva do recorrente, conclui-se pela:

i Culpa In Vigilando

Pode, ler-se e interpretar-se a folhas 5 dos autos que, o recorrente endereçou uma carta ao órgão *a quo* aos 03 de Maio de 2023 pela 14 horas e 33 minutos, onde informa sobre os incidentes ocorridos no jogo, nos termos do qual informava resumidamente o seguinte:

" (...) Por se tratar de um jogo de risco elevado, face ao seu histórico, a classificação final e objectivos dos contendores, o Sagrada Esperança preventivamente, desencadeou acções com o fito de profilaticamente, as evitar nomeadamente:

- a Articulação atempada com a Polícia Nacional e demais Instituições que se engajam na sua organização, como a Cruz Vermelha, INEMA, e Bombeiros, etc.*
- b Colocar à disposição de bilhética em tempo útil, atendendo a eventual procura;*
- c Reunir com a Claque, apelando a sua participação, nos termos do respeito pelo adversário e do fair play;*
- d Assegurar a acção de uma equipa stwarts, na fiscalização interna e dos acessos ao recinto. (...)"*

Ante às declarações acima estampadas, parece que em momento posterior nas suas alegações o recorrente contradiz-se, quando admite a folhas 40 dos autos que:

" (...)do que fica exposto é legítimo tirar duas conclusões(...) (ii) o tumulto foi produzido fora do campo e o gás foi exalado pela Policia e não pelos adeptos. Par além da falta de nexo de causalidade com a acção dos adeptos (não vale aqui a teoria da conditio sine qua non-o que é dizer, se não fosse o tumulto a policia não lançava o gás lacrimogéneo),



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

já que, de acordo com o artigo 83º do Regulamento da Competição, a segurança dos jogos é assegurada pela Polícia Nacional e, como se não bastasse, a dita infracção, conforme declarações do árbitro e da Polícia, ocorreu fora do campo.” Ora;

A organização do jogo é sempre da responsabilidade do anfitrião, o asseguramento feito pela Polícia decorre das exigências feitas a quem organiza o espectáculo público em seu recinto tal como os demais serviços, desde bombeiros até à cruz vermelha como bem mencionaram. Se efectivamente o recorrente informa inicialmente que tomou as providências necessárias, significa que reconhece a responsabilidade que sobre si impende, não deve agora sem critério apenas dizer que cabe à Polícia assegurar o jogo e culpá-la pelo lançamento do gás. Regulamentarmente toda a ocorrência ou incidente que se observe no estádio é respondida pelo clube que organiza, quer com isto dizer que não há possibilidade de dispersão de sujeitos, isto é, a Federação Angolana de Futebol não coordena com a Polícia, muito menos solicita os seus serviços mediante pagamento, é sempre tarefa do clube. O mesmo diz-se do comportamento dos seus adeptos e simpatizantes que se colocam no interior do estádio.

A responsabilidade do recorrente não termina com a contratação e colocação dos serviços no estádio, ainda que fosse de admitir por hipótese que a Polícia fosse culpada, ela não é contratada pela Federação, salvo na reunião técnica em que pode aceder à determinados pormenores.

Por conseguinte, a culpa do recorrente resulta do facto de sobre ele impender o dever de vigiar e de diligentemente preparar as condições para a organização do jogo, independentemente do que agora vem alegar em termos práticos que foi a polícia a responsável por tudo o que ocorreu por ter lançado o gás, ou seja, mesmo com uma análise menos atenta facilmente se pode aferir que houve claramente nexos material.

No que toca à verificação da reincidência:

A reincidência, é por definição o instituto do direito penal (punitivo) que alcança a semelhança das infracções praticadas por um mesmo agente em determinadas condições que a lei determina;



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

No caso em concreto, e em matéria de infracção disciplinar, o Conselho de Disciplina trabalhou aparentemente bem o “puzzle” e em consequência disso concluiu mal a decisão neste quesito, na medida em que ofereceu o seguinte na sua fundamentação de Direito a folhas 20 dos autos:

“Recordando que, os adeptos do Clube visitado são reincidentes na prática de comportamento incorrecto, daí que sancionados anteriormente por este Conselho aos 04 de Agosto de 2021, por deliberação que condenava os actos de vandalismo praticados aquando do último jogo do Campeonato Nacional da 1ª Divisão, partida igualmente disputada entre o Grupo Desportivo Sagrada Esperança e o Atlético Petróleos de Luanda.

Assim,

Como mais esclarece o RD/FAF, constitui circunstância agravante à medida de graduação das penas, de entre outras, a reincidência (ex vi art. 42.º).”

Foi forçosa a aplicação desta agravante porquanto, os termos do nº 2 do artigo 42º do Regulamento de Disciplina determina que a reincidência apenas é observada se as infracções da mesma natureza ocorrerem na mesma época desportiva. Deste modo;

Assiste razão ao recorrente, já que não estão todos os requisitos da reincidência reunidos e observados.

Após análise pormenorizada, dentro dos marcos regulamentares e legais, os membros deste Conselho reunidos, decidem como a seguir se pode inferir:

III-Decisão

Nestes termos e nos demais de Direito, julgam improcedente o recurso de anulação da decisão proferida pelo Conselho de Disciplina da Federação Angolana de Futebol que sancionou o Clube Grupo Desportivo Sagrada Esperança com a pena de realização de jogos à porta fechada a partir do jogo nº 232 marcado para o dia 14 de Maio, referente à 29ª jornada, estendendo-se a mesma punição até À 1ª volta da próxima edição do Campeonato Nacional da 1ª Divisão, e multa agravada em valor correspondente a 25.000 UCF, modificando-a para os termos que a seguir se descreve:



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL

Vai o Clube Desportivo Sagrada Esperança sancionado com a pena de 6 jogos à porta fechada no Estádio Sagrada Esperança a partir da época desportiva 2023/2024, nos jogos em que participe na condição de visitada à luz da combinação da alínea d) do artigo 21º ao nº 1 do artigo 142º ambos do Regulamento de Disciplina e multa em valor correspondente a 4.000 UCF, nos termos da última parte do nº 1 do artigo 142º igualmente do Regulamento de Disciplina.

Notifique-se: as partes.

Luanda, aos 13 de Julho de 2023.

Os membros do Conselho